

Boletim Número 56

Data: Julho-Agosto-Setembro/2012

EDITORIAL

O quinquagésimo sexto Boletim PROEALC chega aos nossos leitores com uma seleção de temas que busca discutir assuntos que se destacaram em nosso continente no terceiro trimestre de 2012, com um destaque especial para o Brasil. Começamos esta edição com um texto de Joaquín Piñero que nos brinda com um resumo do processo político em curso em vários países latino-americanos. Posteriormente, María M. Delgado comenta a importância do Fórum Social “Palestina Livre” e o significado de governos progressistas da América Latina opinarem sobre tal questão. Logo após, apresentamos a cobertura de Seminário ocorrido na USP, no qual estudiosos nos alertam para a permanência da lógica de “conciliação” com os militares, no que tange aos crimes da ditadura, o que estaria colocando limites à atuação da Comissão da Verdade no Brasil. Contamos, também, com interessante artigo que analisa a configuração política da Venezuela atual, que se torna cada vez mais polarizada entre chavistas e anti-chavistas, identificando neste país elementos de originalidade política que merecem ser pesquisados com maior aprofundamento.

A equipe do PROEALC também se faz presente nesta edição. Os bolsistas-pesquisadores do Programa, Augusto Waga, Raysa Ruas e Willian Baptista tecem considerações sobre a questão do combate ao uso de *crack* nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, associando o tema à luta de classes e a reatualização do discurso higienista, característico do início do século XX.

Por fim, apresentamos a agenda do trimestre e os lançamentos de títulos sobre temas pertinentes à realidade latino-americana. Esperamos que todos façam uma boa leitura e que contribuam conosco, retornando suas impressões e nos ajudando a divulgar este espaço.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Técnica-administrativa e pesquisadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Fatos de Nossa América

No último sábado (16), países centro-americanos como El Salvador, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e Guatemala, comemoraram 191 anos de suas independências

Joaquín Piñero

19/09/2012

Argentina

Um dia após a presidenta Cristina Kirchner anunciar a expansão do programa de assistência às famílias carentes denominado “Asignación Universal por Hijo”, passando dos atuais 270 para 340 pesos (de 116,00 para 146,00 reais, no câmbio atual), se viu uma gigantesca mobilização contra o governo liderada por setores da classe média e da alta burguesia com ampla difusão pelos meios de comunicação de massas. A mobilização de quinta-feira, 13, a maior desde o início do segundo mandato de Cristina, convocada por meio das redes sociais e pelas empresas de comunicação como “O Clarín” e “La Nación”, levou para as ruas o descontentamento desse setor às recentes decisões do governo sobre temas como a Lei dos Meios de Comunicação, a estatização da petroleira YPF, a reforma no Banco Central, e a regulação do setor de compras e vendas de divisas no país, além da proposta de revisão constitucional. Essa marcha, parece ter ressuscitado uma oposição que até então estava completamente fragmentada e desunida frente ao Kirchnerismo. Sabedor que essas medidas atingiriam grande parte desse setor, o governo de Cristina, até o momento, se mantém firme e não demonstra nenhum sinal que vá retroceder em suas propostas.

América Central

No último sábado (16), países centro-americanos como El Salvador, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e Guatemala, comemoraram 191 anos de suas independências. Ainda que em seus festejos, seus respectivos presidentes tenham feito chamados à unidade, à paz e a buscar a verdadeira independência econômica, política e social na região, é cada vez mais visível a dependência desses países, com raríssimas exceções, às políticas ditadas desde Washington. Os índices de extrema pobreza, analfabetismo, saúde e a violação aos direitos humanos nesses países são questões sociais latentes e não se vê, pelo menos a curto e médio prazo, uma saída para essas questões cruciais. Por meio dos tratados de livre comércio, como o CAFTA, os Estados Unidos determinam a política econômica, e por meio de sua rede sofisticada de bases militares fazem intervenção direta em qualquer país que contraponha seus interesses na região, como foi o caso do golpe em Honduras recentemente.

México

As manifestações do movimento estudantil #YoSoy132 durante os festejos pelo dia da Independência no México foram duramente reprimidas pelo polícia nacional. Segundo o Comitê Jurídico e de Direitos Humanos da organização, a repressão deixou um saldo até agora de 97 militantes presos e mais de 15 feridos. Conforme havia anunciado anteriormente, o movimento aproveitou a passagem da data festiva no México para fazer um contundido repúdio à gestão de Felipe Calderón quando o qualificam como o verdadeiro responsável pelo nível de repressão aos movimentos sociais, pela “ligação carnal” do México com os Estados Unidos e pela situação caótica que vive o país em todos os setores sociais. Nascido justamente no período eleitoral, os ativistas, denunciaram também que está havendo um golpe frontal à democracia mexicana por conta das fraudes explícitas reveladas no processo das eleições presidenciais ocorridas no mês de julho passado, resultado esse que pretende homologar Enrique Peña Nieto como presidente eleito.

Paraguai

Distintas organizações camponesas e indígenas paraguaias começaram na segunda-feira, 17, várias atividades em todo o país em defesa das sementes crioulas nacionais e um rechaço à decisão governamental de liberar o uso de sementes transgênicas em todo o território nacional. Acusada como um dos eixos articuladores que resultaram no golpe que depôs o presidente Fernando Lugo, a empresa transnacional Monsanto, é a principal interessada na propagação das sementes transgênicas no Paraguai, onde até então era proibida sua disseminação. Os manifestantes afirmam que a defesa do uso das sementes nativas e crioulas representa o cuidado de um recurso primordial para a segurança e soberania alimentar de toda uma nação.

Panamá

Camponeses panamenhos iniciaram um processo de mobilização contra o governo do presidente Martinelli, o qual acusam de levar a cabo uma “política depredadora” por meio das concessões de hidrelétricas, mineradoras e projetos extrativistas, que vão afetar principalmente os moradores próximos aos rios Ojos de Agua, Chico e Grande, localizados na zona de Coclé. Afirmam que esses projetos atentam contra a soberania alimentar, o meio ambiente e a saúde de suas populações e reclamam que o processo de concessões desses projetos tem acontecido sem que haja uma consulta prévia aos habitantes da região onde serão implantados e sem um estudo prévio dos impactos ambientais e sociais que os mesmos podem causar.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/10641>

Em Foco II

Chamada para o Foro Social Mundial “Palestina Libre”

Porto Alegre, 28 de noviembre – 1º de diciembre de 2012

María M. Delgado

Este año el movimiento de solidaridad con Palestina y por la justicia global de todo el planeta tiene una oportunidad única: el Foro Social Mundial Palestina Libre se va a celebrar en Porto Alegre (Brasil) del 28 de noviembre al 1º de diciembre de 2012.

Es un proyecto estimulante y pionero lanzado por la sociedad civil palestina, brasileña e internacional, ya que 2012 es un año histórico para Palestina: es el 65º aniversario de la decisión tomada por la Asamblea General de la ONU sobre la partición de Palestina, el 45º aniversario del inicio de la ocupación militar israelí de Cisjordania, Jerusalén Oriental, la Franja de Gaza y los Altos de Golán sirios, así como el décimo aniversario del inicio de la construcción del ilegal Muro que divide Cisjordania y rodea las ciudades y pueblos palestinos.

El FSM Palestina Libre será un encuentro global e histórico que reúna a movimientos y organizaciones de solidaridad, de derechos humanos y de justicia social de todo el planeta para desarrollar y debatir ideas, compartir experiencias y redes, y para planear estrategias y campañas con el fin de avanzar en la solidaridad con la lucha por la liberación palestina (ver aquí el llamamiento completo al FSM “Palestina Libre”).

La convocatoria

En noviembre de 2011 tuvo lugar en la *Escuela Nacional Florestan Fernandes* del MST (Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra) de Brasil el *Primer Encuentro Nacional por Palestina*. Allí, el Comité Preparatorio Nacional Palestino y el Comité Preparatorio Nacional Brasileño anunciaron el **Foro Social Mundial “Palestina Libre”**, a celebrarse en noviembre de este año en Porto Alegre.

Esta llamada siguió a la decisión del Consejo Internacional del Foro Social Mundial, en mayo de 2011, de apoyar el proyecto de un Foro Social Mundial por Palestina, así como una amplia consulta en Brasil, junto con el compromiso de la Coordinación de los movimientos sociales de ese país.

La convocatoria fue ratificada formalmente el 28 de enero pasado en Porto Alegre. Allí, la Declaración final de la Asamblea de Movimientos Sociales reunida durante el Foro Social temático “Crisis capitalista, Justicia Social y Ambiental” (preparatoria de la Cumbre de los Pueblos frente a Río+20) afirmó: “*Convocamos a todas y todos a fortalecer el Encuentro internacional de derechos humanos en Solidaridad con Honduras y a **construir el Foro social Palestina Libre**, reforzando el Movimiento global de boicot, desinversiones y sanciones contra el Estado de Israel y su política de apartheid contra el pueblo palestino.*”

Pasado y presente de la solidaridad con Palestina en nuestro continente

En los años Sesenta y Setenta, los partidos de izquierda y sobre todo los movimientos revolucionarios de América Latina desarrollaron vínculos de solidaridad con las organizaciones de la resistencia palestina. Las derrotas y desarticulación de unos y otras llevaron a un debilitamiento de esos lazos; sobre todo a partir de los Noventa, en que el tramposo proceso de Oslo coincidió con la hegemonía neoliberal en nuestro continente.

En la última década ha surgido en Palestina una generación de activistas sociales que impulsan desde 2005 el movimiento BDS (boicot, desinversión y sanciones) como la estrategia más efectiva a nivel internacional para obligar a Israel a poner fin al sistema de ocupación, colonización y apartheid, y a respetar las resoluciones de la comunidad internacional.

El movimiento BDS, que reúne a casi 200 organizaciones de la sociedad civil palestina, incluyendo sindicatos, mujeres, campesinos, ONGs, organizaciones de base, políticas y religiosas (tanto cristianas como musulmanas) fundamenta su discurso estrictamente en el Derecho Internacional Humanitario y de los DDHH, sosteniendo que la comunidad internacional tiene la responsabilidad de tomar medidas eficaces para que Israel deje de ser un Estado que está por encima de la ley. Saben que para ello no cuentan con los gobiernos del mundo, pero confían en que los pueblos organizados sean los que presionen y exijan a sus países tomar medidas en esa dirección. El movimiento BDS -que tiene adherentes dentro del mismo Israel (como la Coalición de Mujeres por la Paz -creadora del sitio ¿Quién lucra?- y Boicot desde Adentro)- ha logrado en pocos años éxitos significativos, sobre todo en el boicot económico y cultural.

Estos nuevos actores palestinos han decidido apostar fuerte a América Latina como aliada estratégica, y se han propuesto como prioridad desarrollar relaciones con los movimientos sociales de la región. El primer fruto de esa apuesta es haber logrado colocar la cuestión palestina en la agenda del Foro Social Mundial. Así, a fines de noviembre en Porto Alegre por primera vez se reunirán cara a cara cientos de activistas populares de Palestina con representantes de los principales movimientos sociales de nuestro continente y del mundo.

Un actor protagónico en la convocatoria al FSM-PL es el **Movimiento de la Juventud Palestina Independiente** (*Herak Shababi Mustakil*), que actualmente lidera las principales movilizaciones populares -sobre todo por los presos políticos. El movimiento ha hecho un llamamiento “a los activistas juveniles y estudiantiles, movimientos sociales y sindicatos de todo el mundo a movilizarse para apoyar el FSM Palestina Libre para construir junto con nosotros una nueva generación de solidaridad con Palestina. Les pedimos que se unan al esfuerzo de organizar delegaciones para el evento, desarrollar ideas para el debate y estrategias, basándose en sus propias experiencias para compartir con la comunidad mundial de solidaridad.”

Lxs jóvenes expresan en su llamamiento: “A medida que la nueva generación de activistas está tomando su papel y responsabilidad en la sociedad palestina en el desarrollo de estrategias de resistencia a la ocupación, colonialismo y el apartheid israelí, y como las noticias de acciones juveniles aumentan y las acciones exitosas de solidaridad coordinados por organizaciones juveniles y estudiantes llegan a Palestina, compartimos la urgente necesidad de una coordinación más eficaz, así como el gran potencial para el encuentro y la creación de redes a nivel internacional.”

Ver aquí el llamamiento completo de Herak Shababi Mustakil.

Por qué y para qué este FSM “Palestina libre”

En el sitio web del FSM-PL, los objetivos del Foro se resumen en:

- 1) *Mostrar la fuerza de la solidaridad con los clamores del pueblo palestino y la diversidad de iniciativas y acciones destinadas a promover la justicia y la paz en la región.*
- 2) *Crear acciones eficaces para garantizar la autodeterminación palestina, la creación de un Estado palestino con Jerusalén como su capital, y el cumplimiento de los derechos humanos y del derecho internacional, a través de:*
 - a) *Poner fin a la ocupación israelí y la colonización de todas las tierras árabes y el desmantelamiento del Muro;*
 - b) *Velar por los derechos fundamentales de las y los ciudadanos árabe-palestinos de Israel a una igualdad plena.*
 - c) *Poner en práctica la protección y la promoción de los derechos de las y los refugiados palestinos a regresar*

a sus hogares y propiedades, tal como se estipula en la Resolución 194 de la ONU.
3) Ser un espacio de discusión, intercambio de ideas, estrategias y planificación con el fin de mejorar la estructura de la solidaridad.

En efecto, el objetivo último de esta iniciativa es dar un salto cualitativo en la solidaridad mundial y particularmente latinoamericana hacia Palestina, sobre todo para impulsar el movimiento global de BDS (que en nuestra región probablemente debería empezar por revisar el tratado de libre comercio MERCOSUR-Israel). El MST de Brasil ya viene hace tiempo desarrollando intercambios con los agricultores y campesinos palestinos, y se ha comprometido -junto con la Central Única de Trabajadores (CUT)- a liderar el proceso hacia Porto Alegre. También los Movimientos Sociales del ALBA apoyan esta iniciativa.

Hasta el momento 124 organizaciones de todo el mundo han adherido formalmente al FSM-PL, y la lista sigue creciendo día a día.

Los **Ejes Temáticos del FSM Palestina Libre** son:

1. Autodeterminación y derecho al retorno.
2. Los derechos humanos y el derecho internacional.
3. BDS y las estrategias de lucha.
4. Por un mundo sin muros y sin racismo.
5. Los movimientos sociales y las formas de resistencia.

El núcleo del programa del FSM Palestina Libre serán las acciones, conferencias, talleres, eventos culturales que cada grupo participante organizará durante el evento: los "eventos autogestionados". Cualquier persona o grupo que cumpla y respete la Carta de Principios de derechos fundamentales del FSM y palestinos puede enviar sus propuestas; una vez que el proceso de inscripción esté abierto, los comités preparatorios le asignarán espacios e instalaciones donde se puedan celebrar estos eventos.

Los ejes temáticos tienen como objetivo dar orientación al programa general del Foro Social Mundial Palestina Libre. Al presentar los eventos auto-organizados, se le solicitará a los participantes su inscripción en uno de estos ejes. A partir de ahora, las organizaciones pueden comenzar a articular su actividad tomando como referencia estos ejes y centrándose en uno o más de ellos.

Cómo involucrarse

Según el Comité Internacional organizador, "*A sólo tres meses de que empiece el evento, la cuenta atrás está en marcha.*" Por eso la invitación es a involucrarse:

- creando o fortaleciendo *grupos de trabajo regionales y nacionales*, y/o uniéndose a uno/s de los grupos sectoriales que se han formado para permitir la coordinación global.
- poniéndose en contacto con la comisión de movilización, que está facilitando la creación de "espacios de auto organización" de los activistas de los diferentes sectores o en torno a diferentes temas. Para ello se invita a *integrarse a uno/s de los espacios de auto organización*, y a difundirlos entre quienes puedan estar interesados en unirse a un grupo sectorial (derechos humanos, campesinos, mujeres, ecologistas, antimilitaristas, religiosos, culturales, etc.).

Para integrarse a uno de esos grupos, se debe escribir a: mobilizing@wsfpalestine.net (antes del 10 de septiembre).

Según los organizadores, estos son los primeros **5 pasos para implicarse**:

1. *Averiguar si ya hay personas implicadas en la preparación de FSM Palestina Libre en tu país, áreas o sectores a las que puedas asociarte. En caso afirmativo, unirse al proceso organizativo. En caso negativo, crear y movilizar un comité o grupo de trabajo.*
2. *Elaborar una lista de las organizaciones a las que queremos contactar para que se impliquen en el proceso.*
3. *Promover el FSM Palestina Libre: Concienciar a activistas, organizaciones, sindicatos y medios de comunicación acerca del FSM Palestina Libre y de su importancia y potencial.*

4. *Trabajar para mandar una delegación importante al FSM Palestina Libre; pensar en maneras de conseguir fondos. Contactar con organizaciones que podrían estar dispuestas a financiar este acontecimiento o pensar en actividades para financiarlo.*

5. *Desarrollar nuestra propia agenda de actos para el FSM Palestina Libre: utilizar este acontecimiento para analizar cómo se integra nuestra acción local en el movimiento de solidaridad global, y cómo podemos contribuir al FSM Palestina Libre y beneficiarnos de él.*

Para llegar a un amplio espectro de la sociedad civil de todo el planeta y para facilitar las discusiones y la coordinación a nivel global, la comisión de movilización ha puesto en marcha y coordinado grupos de trabajo que están llevando a cabo las movilizaciones y las contribuciones al FSM Palestina Libre en sus espacios de auto organización específicos, dentro de los diferentes grupos de sectores o temas específicos. Ver aquí la lista de los espacios de auto organización existentes y las direcciones de contacto.

El 29 de noviembre es el Día Internacional de Solidaridad con Palestina. Ese día se cumplirán exactamente 65 años desde que Brasil presidió la sesión de la Asamblea General de la ONU que en 1947 aprobó el "Plan de Partición". Ahora Brasil tiene la oportunidad de organizar una nueva y diferente reunión mundial de la sociedad civil, para crear estrategias y modos de superar el legado de opresión y despojo que fue el resultado de esa decisión.

Uruguay, además, tiene una responsabilidad particular, porque su voto en la ONU fue decisivo para la creación del Estado de Israel, que despojó al pueblo palestino y lo convirtió en refugiado en su propio territorio y alrededor del mundo.

Para que este reencuentro tan necesario entre Palestina y América Latina sea posible y exitoso, el primer desafío que tenemos por delante es hacer ver cuánto tenemos en común, y conectar la causa de Palestina con nuestras muchas y diversas luchas: la de nuestros pueblos indígenas, movimientos campesinos y ecologistas por la defensa de la madre tierra, el territorio y sus bienes naturales; la lucha por el agua como derecho humano y bien común; las redes anti-militaristas que denuncian y combaten las pretensiones geopolíticas hegemónicas del imperio; los derechos humanos y de los pueblos como horizonte ético común; las comunidades de base, los movimientos ecuménicos e interreligiosos; los sindicatos independientes, los grupos cooperativos, los productores familiares y las redes de economía solidaria; las organizaciones de mujeres, feministas y por la diversidad sexual; los movimientos estudiantiles y juveniles; las articulaciones de lucha contra el racismo, la discriminación y los fundamentalismos de cualquier tipo.

Esperemos que todos y todas nos demos cita a fines de noviembre en Porto Alegre, para acordar estrategias comunes de lucha que nos permitan avanzar hacia la descolonización y la liberación de Palestina, y también de nuestros territorios físicos y mentales.

Ver más información y preguntas más frecuentes en el sitio oficial del FSM Palestina Libre.

Fonte: Boletín y sitio web del FSM Palestina Libre. Link: <http://alainet.org/active/58004&lang=es>

Em Foco III

Lógica de conciliação pós-ditadura compromete realização da democracia

Em simpósio internacional realizado na USP, estudiosos do regime autoritário criticam a imposição da idéia de conciliação com os militares e alertam para os riscos de morte lenta da democracia neste contexto. Para eles, os limites colocados pela não responsabilização dos torturadores e o legado estrutural da ditadura ferem o Estado de Direito.

Bia Barbosa,

Da redação.

São Paulo - Para alguns autores, se a própria democracia é incerta quanto aos resultados do jogo político, os períodos de transição são ainda mais ameaçadores em termos do controle dos resultados. Dentro desta lógica, muitos responsáveis por transições de Estados pós-regimes autoritários em todo o mundo optaram pela reconciliação. Adotaram assim um paradigma de análise centrado no que as elites políticas eram capazes de pactuar nesses momentos com a elite moderada das oposições. A idéia era a que, com esses atores negociando, seria possível devolver o poder a um conjunto de regras claras, que definiram a democracia a ser retomada.

O que tais pensadores não previram - ou negligenciaram - foi que a conciliação poderia impactar de tal forma o processo de transição a ponto de provocar uma morte lenta da própria democracia. Na última semana, em simpósio internacional realizado na Universidade de São Paulo, estudiosos da ditadura militar brasileira e defensores de direitos humanos alertaram para os limites colocados pela conciliação no país, que ferem o Estado Democrático de Direito.

"A compreensão era a de que não bastava retirar os autores políticos autoritários para redemocratizar estrutura do Estado e da sociedade civil. Uma ameaça de regressão autoritária estaria no horizonte, com o risco efetivo de os militares darem um novo golpe, e daí a preocupação com um pacto político", explicou Renan Quinalha, pesquisador da Faculdade de Direito da USP, membro do grupo que organiza uma campanha pela criação de uma Comissão da Verdade na USP.

"Para que não houvesse risco de uma morte rápida da democracia, certos interesses do antigo bloco no poder não poderiam ser tocados. As demandas por Justiça dos familiares eram consideradas desestabilizadoras e indesejáveis - não à toa foram silenciadas por muito tempo. Mas não atentaram para a dimensão lenta da morte da democracia, comprometida na sua realização efetiva", acrescentou.

Na avaliação de Quinalha, uma parte a esquerda brasileira em grande parte pactuou com essa interdição do passado. Para muitos, discutir memória, verdade e justiça não era possível. Seria necessário estabilizar a nova ordem democrática, numa preferência clara de secundarizar a demanda por justiça e analisar a transição numa ótica utilitarista. "Não interessava uma discussão por uma transição justa, com uma dimensão ética da nova democracia. Interessava somente estabelecer novas regras do jogo", afirmou.

Na transição conservadora, o acordo entre militares, Tancredo Neves e outros líderes devolveu o poder aos civis, mas garantiu a impunidade dos agentes de Estado responsáveis por graves violações de direitos humanos. O suposto pacto foi então cristalizado na Lei de Anistia de 1979 através do dispositivo dos "crimes conexos aos crimes políticos".

Para o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, membro do Comitê Paulista pela a Memória, a Verdade e a Justiça, e autor do livro "Massacre na Lapa", que conta como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB em 1976, a Lei de Anistia tem sido, até agora, a fonte inesgotável da suposta legitimidade e da condição de intocáveis dos militares, tudo sob o discurso da conciliação nacional.

"Com o apoio indispensável das oligarquias, as Forças Armadas brasileiras conseguiram interditar por longos anos o debate legal e institucional sobre memória, verdade e justiça", disse. "E mantiveram e ainda mantêm sob controle direto alguns segmentos do Estado: a Justiça Militar como ramo específico do Poder Judiciário, o controle do tráfego da aviação civil, as Capitâneas de Portos", destacou.

Pomar lembra que familiares, ex-presos políticos e grupos de direitos humanos mantiveram acesa a chama da luta por reparações simbólicas e pela punição dos responsáveis pelas atrocidades e por toda sorte de violações de direitos humanos na Ditadura Militar. Mas, ao exigir a punição dos criminosos, sempre esbarraram nesta muralha, reiterada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar anistiados os torturadores que agiram a serviço da ditadura, o que "reiterou a cumplicidade de expressiva parcela oligárquica, representada no Poder Judiciário, com aqueles que praticaram o terrorismo de Estado".

Justiça de transição

A partir dos anos 90, a partir de reflexões teóricas e documentos da ONU, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, emerge o conceito de justiça de transição. A partir de casos levados a estes órgãos, os mesmos passaram a reconhecer os direitos das vítimas a terem uma reparação econômica simbólica e a acessarem o direito à verdade, a medidas de memória – com homenagens aos que resistiram aos regimes autoritários e desqualificação daqueles que se valeram da estrutura do Estado para implantar a repressão -, e à justiça, com a identificação e processamento penal dos violadores. A justiça de transição passa ainda pela reforma das instituições, considerando que o terrorismo de Estado atravessou várias delas.

"Assim é necessário haver depuração e uma nova cultura política na sociedade para internalizar valores democráticos. O conceito, então, é retrospectivo - olha para o passado para trazer à tona essa história -, mas também prospectivo, porque isso diz respeito ao presente e ao futuro, para garantir que as violações não mais ocorram", relata Renan Quinalha. "É neste contexto que o tema da justiça de transição começa a ser apropriado no Brasil, sobretudo a partir de 2008, de maneira sistematizada e organizada no debate político e nas instituições acadêmicas", acrescenta.

Vem desta perspectiva de justiça a expectativa de punição dos torturadores da ditadura militar no Brasil, reavivada com a criação da Comissão Nacional da Verdade, que esta em seu quarto mês de funcionamento. O horizonte da reconciliação nacional, no entanto, permanece, visto que este é um dos objetivos da própria Comissão, previsto em lei.

"Há um pacto em vigor entre governo e militares. Não é o velho pacto de 1984, porque os protagonistas mudaram e porque não há como evitar determinadas concessões aos familiares e aos ex-presos, mas sua essência não mudou: trata-se de garantir a impunidade de quem, em nome do Estado castrense, torturou, humilhou, trucidou e tirou a vida de centenas de "subversivos", avalia Pedro Pomar.

Para o jornalista, a materialização da idéia de reconciliação nacional foi a cerimônia de posse dos integrantes da Comissão da Verdade, com a participação de dois ex-presidentes, Sarney e Collor, que tiveram participação direta na ditadura e foram seus beneficiários.

"A presidenta Dilma discursou, enfatizando que não se trata de revanchismo, nem de "reescrever a história de forma diferente do que aconteceu". Afinal, devemos ou não reescrever a história?", questionou. "Que a burguesia reivindique a autoria e a legitimidade da ditadura militar, e que parte da oligarquia ainda hoje a defenda, não surpreende. Que a liderança de esquerda, tendo chegado ao poder político pela força de 50 milhões de votos, se submeta ao pacto forjado pela transição conservadora vinte anos antes, trinta anos antes, e o renove, isso sim ainda surpreende", criticou.

Para os presentes, um dos maiores riscos da renovação desse pacto é a perpetuação de situações de violação de direitos humanos que ocorrem no dia de hoje como reflexos institucionais desse período. Da criação das polícias militares à tortura que continua a ser praticada em delegacias, quartéis e presídios, passando pelas condições da população carcerária e pelas execuções sumárias quase sempre de pobres, negros e moradores das periferias, até a situação de populações inteiras colocadas sob ocupação militar.

"Encontramos neste ponto uma relação muito forte entre a atrofiação da democracia atual e o terrorismo de Estado que vivemos no passado, por obra da ditadura militar instaurada em 1964", acredita Pomar. "Se agentes do próprio Estado torturam e matam, regularmente e impunemente, não se pode falar em "Estado de Direito", mas em terrorismo de Estado, ainda que não seja o Estado central, a União, o protagonista de tais ações", conclui Pedro Pomar.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20899

Em Foco IV

País menos desigual de Suramérica, Venezuela es el escenario de una fuerte confrontación política

Fenómeno se da pese a la reducción de la brecha distributiva de la riqueza y de la manutención del patrón de consumo entre los más ricos

Breno Altman, et al

Uno de los paradigmas más aceptados de la ciencia política, en el estudio de los comportamientos electorales, es la constatación de que la disminución de los abismos sociales y el fortalecimiento de la clase media tienden a debilitar el embate político ideológico. Sin embargo, al aplicar esta lógica en Venezuela, la teoría se derrumba. La disputa entre los sectores chavista y antichavista se agudiza en la misma proporción en que el país se vuelve más homogéneo socialmente, alcanzando el tope del ranking sudamericano de distribución de la riqueza.

Lea más:

La base chavista está concentrada entre los más pobres

Clase media mezcla el odio y la duda en contra de Chávez

“La politización de todas las clases sociales, radicalizada desde la elección del presidente Chávez, conduce a un posicionamiento que va más allá de los intereses inmediatos de los diversos sectores”, analiza Jesse Chacón, director del GIS XXI (Grupo de Investigación Social Siglo XXI). “Acá, izquierda y derecha, gobierno y oposición, van a las calles para disputar proyectos nacionales, que no solamente se relacionan a reivindicaciones puntuales, beneficios económicos o avances sociales.”

Participante de la rebelión militar de 1992, cuando el actual presidente se lanzó en el intento de derrumbar la IV República, Chacón era entonces un joven teniente que terminó tras las rejas junto a su jefe. Ingeniero de sistemas y magíster en telemática, ya fue ministro de las Comunicaciones, del Interior y de Ciencia y Tecnología en el actual gobierno. Con 46 años, se dedica a estudiar la dinámica político social de Venezuela.

“El punto central de tensión es que los propietarios de los medios de producción están dejando rápidamente de ser los dueños del poder político, lo que provoca una fuerte reacción de los estratos más altos y su entorno”, resalta. “La renta promedio del 20% más rico no fue afectada, tampoco su estilo de vida, pero perciben que ya no retienen el control del Estado y de la sociedad, lo que les provoca miedo y rabia.”

En los sectores más pobres, atendidos por un amplio repertorio de políticas sociales y distributivas, el comportamiento es igualmente dictado por motivaciones que van más allá de logros o expectativas económicas. El motor de estas capas, que tienen en la mejora de la calidad de vida su tela de fondo, es determinado por el esfuerzo del presidente en dar batallas por ideas y valores, permanentemente.

Desde el inicio de su gobierno, pero de forma más amplia tras el golpe de Estado en 2002, Chávez trata de ocupar el máximo de espacio en los medios de comunicación. Su discurso es direccionado, casi siempre, a identificar cada movimiento de su gobierno como parte de un proceso revolucionario, a la vez en que fomenta,

entre sus seguidores, un sentimiento de repudio a los que rechazan los cambios que están aconteciendo.

Adverso a la lógica de la conciliación, el presidente hizo una apuesta pedagógica que aparentemente ha sido exitosa: cuanto mayor la polarización y cuanto más cristalino es el enfrentamiento entre puntos de vista, más fácil sería crear una fuerte y movilizadora base de sustentación. Para los buenos y los malos momentos.

A principio, el hilo conductor de la pedagogía chavista fue el rescate de la historia y del pensamiento de Simón Bolívar, el patriarca de la independencia venezolana, jefe político militar de la guerra anticolonial contra los españoles en el siglo XIX. Por ese camino, Chávez imprimió en su proyecto una fuerte marca nacionalista, que contrapuso los nuevos señores coloniales (los Estados Unidos) y sus aliados internos (la élite local).

De a poco, al bolivarianismo original se sumó la sintaxis del socialismo histórico. Este amalgama entre nacionalismo de raíz y valores de izquierda pasó a ser difundido ampliamente como un código cultural que define las realizaciones del gobierno. El presidente huye, de este modo, de la receta de moda, aun entre las corrientes progresistas, de encarar la política como una cuestión de eficacia. Para usar la vieja jerga, Chávez es un político de la lucha de clases, en la que apuesta para aislar y derrotar a sus enemigos.

La oposición, animada por su influencia en los medios de comunicación, también puso sus fichas en la confrontación abierta. Además de las reservas mediáticas, siempre contabilizó a su favor las fuerzas económicas y relaciones internacionales para movilizar a las capas medias en contra del gobierno.

Aun tras el golpe y el paro patronal de 2002, en el ápice de la polarización, los partidos antichavistas dieron continuidad a la estrategia de la colisión.

Clase C

Pero ambos lados tienen actualmente que tener en cuenta un nuevo fenómeno. Más del 30% de la población cambió de estrato social. Migraron desde los segmentos más pobres a lo que la sociología de las encuestas considera la clase C – más propiamente, la clase media.

El campo opositor se ve obligado a reconocer determinados avances en el terreno social, en lugar del anterior rechazo absoluto. La campaña de Capriles promete preservar las misiones sociales, a pesar de proponer en su plan de gobierno la eliminación del Fonden, fondo de financiamiento de los programas sostenidos con el dinero del petróleo. Además de esto, modera relativamente su mensaje, para poder dialogar con los sectores beneficiados por la V República.

Para los oficialistas también surgen nuevas cuestiones. “El problema del proceso es disputar corazones y mentes de ese nuevo contingente de clase media”, afirma Chacón. “Muchos de los que ascendieron socialmente gracias a las iniciativas gubernamentales abrazaron los valores morales y culturales de las élites, cuyo modo de vida es su referencia”. El ex militar focaliza especialmente la preservación de las aspiraciones consumistas, el desapego a organizaciones y proyectos colectivos, la negación de la identidad original de clase y, a veces, incluso de raza.

Los distintos estudios, tanto los del GIS XXI como los de los institutos cercanos a la oposición, indican que, en los últimos años, emergió un grupo de electores informalmente denominados como ninis. O sea, que no están alineados automáticamente a Chávez ni a sus enemigos. La mayoría de sus integrantes forma parte de estas capas ascendientes.

Los ninis llegan a representar cerca de un 40% del electorado, contra una cantidad semejante de adeptos firmes del chavismo y un 20% de opositores fieles. La izquierda, sin embargo, tiene cosechados resultados que superan sus fronteras, gracias a la combinación de la satisfacción popular con programas gubernamentales (especialmente el de viviendas) y el clima afectivo de solidaridad generado por el cáncer de Chávez. Según las encuestas más confiables, el presidente posee al rededor del 60% de las intenciones de voto para las elecciones de octubre, con una ventaja de un 15% a un 30% sobre Capriles.

Estos números apuntan a que los ninis se están repartiendo entre los dos polos. A pesar de esta tendencia favorecer la reelección del presidente, con cierta holgura, la búsqueda de apoyos en este sector del electorado

sigue frenética. "Si la campaña de Chávez reconquista una parte mayor de este sector, se podrá construir una ventaja aún más expresiva", destaca Chacón.

Estrategias

Uno de los aspectos de la estrategia para vencer la resistencia de esos sectores híbridos, al parecer es desbaratar la idea, en gran medida forjada por los medios de comunicación ligados a la oposición, de que Chávez pretende liquidar la propiedad privada y poner toda la actividad económica en manos del Estado.

"El proceso aumentó el número de propietarios en el país, especialmente después del comienzo de la reforma agraria", afirma el director del GIS XXI. "El programa de la revolución va en contra de los monopolios, fortalece el Estado, pero abre espacio a varios tipos de propiedad de carácter privado, cooperativo y social. El gobierno necesita definir mejor el papel de cada una de estas modalidades para enterrar la imagen de fundamentalismo estatista que la oposición trata de vender."

El candidato opositor, a su vez, tiene un problema inverso. Representante de una alianza formada por grandes empresarios (como la cervecera Polar, el grupo agroindustrial Mavesa y la compañía alimentaria Alfonso Rivas, entre otros), Capriles tiene que convencer que es capaz de absorber al menos parte de las medidas que, desde 1999, favorecieron el 80% de los electores que no integran las clases A y B.

Su programa de gobierno no ayuda. Pese al ablandamiento de sus críticas a las políticas sociales del presidente, el ímpetu privatizador está fuertemente presente. No sólo habla en reducir la presencia del Estado, revirtiendo nacionalizaciones o sacando el control estatal de la PDVSA, sino que defiende explícitamente que vuelvan a manos de los antiguos dueños las tierras expropiadas de grandes latifundistas. "Lo primero es que tenemos que acabar con las expropiaciones, debemos traer la seguridad al campo, dar confianza desde nuestro gobierno", afirmó Capriles en una conferencia de prensa reciente.

Independiente del resultado, la administración de Hugo Chávez habrá logrado un hecho que merece un detenido análisis de científicos políticos. Contrariamente a lo que sucede en la mayoría de los países, en los cuales el marketing domesticó a la política y oculta la disputa de ideas para atender las preferencias electorales. En Venezuela ni siquiera las necesidades electorales diluyen la batalla frontal entre programas.

Fonte:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/babel/23820/pais+menos+desigual+de+sudamerica+venezuela+es+el+escenario+de+una+fuerte+confrontacion+politica.shtml>

Espaço Aberto I

A legitimação das internações compulsórias e a questão do crackno Rio de Janeiro.

Augusto Waga*
Rhaysa Ruas*
William Baptista**

*"Os saraus tiveram que invadir os botecos
Pois biblioteca não era lugar de poesia
Biblioteca tinha que ter silêncio,
E uma gente que se acha assim muito sabida".*

Criolo

O crack é consumido há mais de 20 anos no Brasil, que é o 2º país do mundo que mais consome cocaína e seus derivados¹, porém, hoje, a droga aparece na pauta do dia para a imprensa brasileira. O foco é o eixo Rio-São Paulo, mas a questão tem sido debatida e tratada de diversas formas em todo o território nacional. Os enfoques são múltiplos: segurança, violência, saúde, tratamento. Mas o que é alarmante é a questão que – diferentemente das outras drogas – essa traz: as internações compulsórias.

Em um contexto geral de crise orgânica do capitalismo, e a consequente devastação social trazida pelo neoliberalismo, a Guerra às Drogas, no século XXI, atinge uma vertente mais acentuada, desenvolvida e clara, do que foi no século XX, principalmente na América Latina: ela produz não só o grande inimigo externo, como acentua o interno e coloca claro as suas finalidades – exterminar a grande massa inútil, aos olhos do capital, de jovens empobrecidos que a modernização e o avanço desteproduziu. No Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, palco dos Megaeventos e destino turístico em todo o mundo, presenciamos o desenvolvimento da Guerra às Drogas cotidianamente. São milhares de jovens negros e pobres assassinados ano após ano e jogados à miséria. Neste contexto, o crack vem como tiro de misericórdia, ao legitimar que estes sejam castrados, excluídos e mortos aos olhos de todos. A grande mídia incentiva o internamento compulsório, e as instituições públicas não conseguem dar resposta para uma realidade que retoma as práticas mais retrógradas de tratamento: apesar de termos uma produção acadêmica desenvolvida no sentido de pensar tratamentos alternativos e políticas de redução de danos, o governo toma uma decisão política em voltar ao Grande Encarceramento do século XVIII². E pouco se debate ou se percebe essa decisão, que passa por natural ao ser legitimado pelo discurso de especialistas como Drauzio Varella, que em recente artigo defende abertamente, não só a internação compulsória dos usuários, mas também a esterilização das mulheres, e a redução dos indivíduos a meros objetos, fantasmas que perturbam a paz e ameaçam a ordem pública³.

Como combater o discurso do Jornal Nacional e do Fantástico? Como deslegitimar discursos produzidos com tamanha autoridade, que, além de despolitizar a questão, a transforma em ontológica? Temos muitos desafios pela frente, e o primeiro começa dentro da própria militância de esquerda: como tratar dessa questão sem o olhar punitivo, que reprova moralmente os indivíduos e não os enxerga como sujeitos, colocando-os na maioria das vezes no patamar de vítimas da administração pública, ou não percebendo que o assunto não é mais acessório à luta de classes, mas parte fundamental dela?

Recentemente, no dia 11 de dezembro de 2012, presenciamos a audiência pública Crack – Prevenção, Resgate e Cuidado em Saúde Mental, em que diversos representantes das secretarias estaduais e municipais apresentaram supostos trabalhos que vêm sendo realizados no Rio de Janeiro, mas que incorporaram em seu discurso político, medidas de tratamento progressistas como a redução de danos. No entanto, não percebemos a implantação dessas medidas na realidade, sendo a internação compulsória, a principal e única alternativa de tratamento por estas instituições, no município do Rio de Janeiro.

Pelo contrário, o governo municipal e seus órgãos administrativos não escondem mais da mídia a defesa da internação e esterilização compulsórias, e a política eugenista da exclusão⁴. Não precisa, trata-se de um

1 Dados da OMS. Disponível em <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/09/brasil-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cocaina-e-derivados-diz-estudo.html>

2 FOUCAULT, M. História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva; 1978, p. 45-78

3 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/1194110-as-maes-do-crack.shtml>

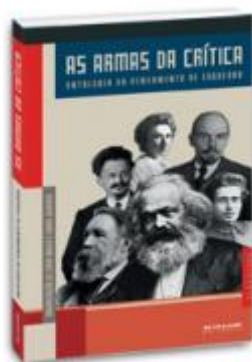
4 "O prefeito Eduardo Paes recebeu, em Brasília, apoio do ministro Alexandre Padilha, da Saúde, para criar um sistema de internação compulsória também de adultos." Disponível em

discurso tão legitimado, tão inculcado no senso comum, que já é quase parte do inconsciente coletivo, achar que estas são as melhores soluções para este, que é apenas mais um expoente do problema. Precisamos resgatar nossa história, trazer os avanços da academia crítica para a rua, reencantar e trazer de volta a esperança à classe trabalhadora, que sofre com mais esta permanência histórica, que é a hegemonia do capital.

* **Graduandos em Direito/UERJ e bolsistas do PROEALC**

* **Graduando em Ciências Sociais/UERJ e bolsista do PROEALC**

Livros/Lançamentos



JINKINGS, Ivana Jinkings; SADER, Emir Sader (orgs.). *As armas da crítica. Antologia do pensamento de esquerda*. São Paulo, Boitempo, 2012.

Quase cem anos depois da primeira revolta proletária bem-sucedida no mundo, a Revolução Russa, quando a palavra “revolução” de certo modo se banaliza e alguns chegam a proclamar o fim da história, a Boitempo Editorial publica uma antologia que reúne alguns dos principais textos “clássicos” do pensamento marxista. *As armas da crítica*, organizado por Ivana Jinkings e Emir Sader, traz textos de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci.

A escolha pelos marxistas para esta coleção se deve ao fato de o marxismo constituir a espinha dorsal das teorias e práticas da esquerda desde que esta se firmou como força política e ideológica ao longo do século XX.

Este livro inaugura um projeto planejado para três volumes, divididos entre os autores clássicos, os do chamado marxismo ocidental e os contemporâneos. Abrindo o primeiro volume – dos clássicos – estão escritos dos fundadores do marxismo, Marx e Engels. Seguem-se a eles textos redigidos pelos mais destacados teóricos e dirigentes políticos do ciclo revolucionário do fim dos anos 1910 e do momento imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial: Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo e Gramsci. Todos são exemplos consagrados da capacidade de articulação entre teoria e prática, reflexão e ação, nos momentos de ascensão e de refluxo do movimento comunista.

Cada texto tem uma introdução, na qual se encontram as referências bibliográficas das edições originais e o nome dos tradutores e revisores técnicos. O volume inclui ainda um índice onomástico e indicações bibliográficas para os leitores que quiserem se aprofundar mais nos temas abordados.

Os autores apresentados também compartilham características. Foram ao mesmo tempo teóricos e militantes, pensadores e dirigentes revolucionários. Além disso, a prática política, o âmbito partidário, as esferas nacionais e internacionais foram sempre seus espaços de reflexão e de ação. Nenhum deles se dedicou a carreiras acadêmicas, nem por isso deixaram de valorizar extraordinariamente a teoria, construindo obras de porte monumental como formas de decifrar a realidade e fundamentar a ação política.

“Melhor que uma ferramenta: um arsenal de armas, as tais ‘armas da crítica’, tão indispensáveis ao combate

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/usuarios-de-crack-atravesam-via-expressa-para-fugir-no-rio-de-janeiro>.

revolucionário quanto seu complemento dialético, a crítica das armas”, afirma o sociólogo radicado em Paris, Michael Löwy, diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Para ele, o livro “constitui sem dúvida uma excelente ferramenta não só para entender, mas também para transformar o mundo, como bem diz a famosa Tese 11 de Karl Marx sobre Ludwig Feuerbach”.

Mas, por que voltar aos clássicos do marxismo em um momento destes? Löwy ressalta três características marcantes dos textos selecionados: a relevância e pertinência dessas análises que se mostram atuais 100 ou 150 anos depois de sua publicação; a impressionante diversidade dos grandes textos do marxismo, muitas vezes convergentes, outras divergentes ou complementares; e a natureza dinâmica do pensamento que se desenvolveu a partir de Marx e Friedrich Engels, produzindo conceitos novos, como imperialismo, hegemonia e revolução permanente.

“Os grandes pensadores comunistas pagaram caro por seu compromisso com a causa dos oprimidos e dos explorados. O que seus algozes não conseguiram matar, prender ou exilar foram suas ideias, as quais, graças a livros como este, continuarão a atrapalhar o sono dos poderosos – e a inspirar a revolta dos subalternos”, afirma o sociólogo.

“Se ser de esquerda é lutar pela igualdade, esperamos que a leitura – ou a releitura – desses escritos represente um passo adiante na luta, sempre atual e renovada, contra a fonte maior de desigualdades, o capitalismo”, concluem os organizadores no texto de apresentação. “Que a leitura desses clássicos nos torne cada vez mais contemporâneos do nosso presente. Que nos leve a pensar na história como uma permanente aventura de liberdade e de utopias, fazendo da articulação entre teoria e prática a chave da construção de um futuro que vislumbre a emancipação humana”.

Sumário:

KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS

- 1 Manifesto Comunista
- 2 A ideologia alemã
- 3 Mensagem do Comitê Central à Liga [dos Comunistas]
- 4 O 18 de brumário de Luís Bonaparte
- 5 Grundrisse
- 6 Contribuição à crítica da economia política
- 7 O capital
- 8 A guerra civil na França

VLADIMIR ILITCH ULIANOV LENIN

- 9 Que fazer?
- 10 Imperialismo, fase superior do capitalismo
- 11 O Estado e a revolução

LEON TROTSKI

- 12 Balanço e perspectivas
- 13 A revolução permanente
- 14 A revolução traída

ROSA LUXEMBURGO

- 15 Greve de massas, partido e sindicatos
- 16 A acumulação do capital ou O que os epígonos fizeram da teoria marxista: uma contracritica (excertos)
- 17 Sobre a Revolução Russa

ANTONIO GRAMSCI

- 18 A revolução contra O capital
- 19 O conceito de revolução passiva
- 20 O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália

21 Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica



CASTRO, Nils. *As esquerdas latino-americanas em tempo de criar*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012.

Resenha: A foto, em uniforme de futebol, ao lado de Che Guevara e de Alberto Granado, seu parceiro na célebre viagem de moto, não deixa dúvidas quanto às credenciais do autor para discutir os rumos da esquerda na nossa América. Nascido em 1937, o panamenho Nils Castro deu aulas em Cuba logo após a vitória da Revolução e, mais tarde, em seu país, participou do governo anti-imperialista do general Omar Torrijos. Acompanhou os sandinistas da Nicarágua na vitória e na derrota e hoje, aos 75 anos, escreve livros e participa de articulações continentais, como o Foro de São Paulo.

As esquerdas latino-americanas perpassa a luta pelo socialismo em boa parte do continente e o retrocesso neoliberal que se seguiu ao fracasso, total ou parcial, das diversas empreitadas revolucionárias. O ponto forte são as lições – fruto de experiências vividas na própria pele – apresentadas como aporte ao projeto estratégico dos socialistas em um contexto no qual a esquerda se mostra suficiente vigorosa para conquistar o governo pela via eleitoral, mas ainda distante de reunir o apoio das massas necessário para impulsionar mudanças sociais profundas.

Diante do impasse, o autor recomenda paciência e pé na terra. De nada adianta criar novos mártires, adverte, se os esforços transformadores não proporcionarem resultados concretos e duradouros. Apesar dos limites impostos por uma correlação de forças desfavorável à revolução, ele acredita que vale a pena aproveitar a chance do exercício do governo não só para promover as melhorias demandadas pelo eleitorado popular, mas também para acumular energias capazes de viabilizar, no futuro, metas de maior alcance. Na prática, a luta por reformas resumiria a agenda revolucionária do momento.

Outro foco importante, na perspectiva do autor, é a rejeição ao dogmatismo, às fórmulas prontas, à luta fratricida entre companheiros. Aos socialistas do século XXI, o autor – gato escaldado – recomenda “frentes amplas, plurais e abrangentes”, criatividade para se contrapor às ideologias da direita e, sobretudo, uma atitude mental de abertura e tolerância. “Em um mundo crescentemente complexo, entre esquerdas já não cabe discutir para descartar o opositor, mas sim para melhorar o conhecimento da realidade que desejamos mudar e para compartilhar alternativas.”

Igor Fuser

Doutor em Ciência Política e prof. da Faculdade Cásper Líbero.

Fonte: Le Monde Diplomatique - Edição 63/outubro – resenhas

Link: <http://www.fpabramo.org.br/noticias/resenha-sobre-o-livro-esquerdas-latino-americanas-em-tempo-de-criar>

Agenda Acadêmica

I Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação

Data: 20 a 23 de agosto de 2012.

Horário: das 08 às 18h.

Local: Auditórios Jorge Amado e Paulo Souto, UESC, Santa Catarina

Link: http://www.uesc.br/eventos/mov_sociais/

A sociedade brasileira tem presenciado e participado de ações coletivas, principalmente na segunda metade do Século XX e início do Século XXI, expressas nas manifestações pela paz; contra a violência; contra o desemprego; por melhorias salariais; luta pela terra, dentre outras. Tais ações são designadas por um conjunto de pesquisadores e organizações da sociedade civil como Movimentos Sociais, cujos estudos foram intensificados no meio científico, principalmente, a partir do final do Século XX.

E, no intuito de colaborar com o debate científico e contribuir com avanço da luta dos Movimentos Sociais pela Educação, a UESC realizará entre os dias 20 e 23 de agosto de 2012, o I CONGRESSO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, com o tema *Movimentos Sociais e Educação na contemporaneidade: desafios e possibilidades*. O I Congresso é uma iniciativa do grupo de estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação, que faz parte do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH)/DCIE.

III JORNADAS INTERNACIONALES DE PROBLEMAS LATINOAMERICANOS CONTEMPORANEOS

Data: 28 a 30/11/2012

Local: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales / Universidad Nacional de Cuyo / Mendoza, Argentina

Informações: <http://jornadaslatinoamericanas.blogspot.com.br/>

Terceras Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos contemporaneos.

Tema: Movimientos sociales, Estados y Partidos Políticos en América Latina: (re) configuraciones institucionales, experiencias de organización y resistencia

Prazos:

Submissão de resumos: 01/07/2012.

Submissão de trabalhos: 01/10/2012.

36º Encontro Anual da ANPOCS

Data: 21 a 25 de outubro de 2012

Local: 21 a 25 de outubro de 2012 - Águas de Lindoia, SP.

Link: http://www.anpocs.org.br/portal/36_encontro/edital_2012.pdf

Além da inegável relevância científica, os encontros anuais singularizam-se também por sua relevância estratégico-institucional: são momentos nos quais se reúnem os centros de pesquisa e os programas de pós-

graduação brasileiros filiados à ANPOCS, para discussão e definição não só das diretrizes para atuação da Associação, como também das linhas gerais e das prioridades de ensino, pesquisa e continuidade institucional de programas e centros distribuídos por todo o território nacional. O que caracteriza os encontros como atividades vitais para a institucionalização e o fortalecimento da comunidade brasileira de cientistas sociais, hoje dispersa, complexa e diversificada.

Critérios de excelência, relevância temática e diversidade institucional, geracional e regional, são norteadores para a constituição da programação final de cada Encontro, composta por conferências; fóruns; sessões especiais; mesas redondas; grupos de trabalho e seminários temáticos; além de exposições, sessões de vídeo e cursos destinados a alunos de pós-graduação.

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação

Prof^a Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Prof^a Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Augusto Waga

Rhaysa Ruas

William Baptista

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Assessoria de Informática

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

Victor Hugo Cardoso Palmeira (ISERJ/FAETEC)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.